



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Processo Número	25432/2023
Data do Início	15/12/2023
Folha	
Rubrica	

**RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO**

**PROCESSO Nº 25432/2023, Pregão Eletrônico 16/2023**

**OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica especializada, através do Sistema de Registro de Preços – Pregão Eletrônico, visando o fornecimento de materiais médico hospitalares, padronizados no município, para garantir a manutenção do atendimento das demandas nas seguintes Unidades: Central de Abastecimento Farmacêutico (CAF) e Rede de Atenção Básica e Especializada.

À Procuradoria Geral do Município,

A empresa **JANETE LOPES SOARES**, encaminhou a essa especializada impugnação ao edital, onde ataca as cláusulas editalícias que considera imperfeitas.

**I - DA TEMPESTIVIDADE**

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

“Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Parágrafo único. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.”

Portanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra TEMPESTIVO.

**II – DAS RAZÕES**

Em resumo, a impugnante alega:

- que as especificações do objeto não atendem à determinadas normas técnicas da ABNT.

**III – DO MÉRITO**

Em análise ao ponto atacado, passamos a nos manifestar sobre.

As normas técnicas, tema principal da presente peça, são definidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, tendo o seu uso de forma voluntária, isto é, sua



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

observância não é obrigatória por lei. Logo, é possível encontrar no mercado produtos e serviços que não seguem a norma aplicável para sua produção ou prestação, sem que isso represente qualquer irregularidade. Contudo, é inegável que as normas técnicas asseguram as características desejáveis de produtos e serviços, como qualidade, segurança, confiabilidade e eficiência.

É de comum senso que o edital deverá conter o “objeto da licitação de forma sucinta e clara”; a exigência visa assegurar o tratamento isonômico entre os participantes e, ainda, garantir a eficiência da atuação administrativa. É através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Destaca-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Pela lição do ilustre Marçal Justen Filho, temos:

“(...) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda, elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração.”

Em vista desse cenário, parece possível concluir que condicionar a aceitabilidade de propostas que ofertem APENAS produtos e serviços que atendam às normas técnicas da ABNT acaba funcionando como condição positiva, que teria a finalidade de assegurar a qualidade e confiabilidade dos objetos contratados pela Administração Pública.

Porém, não se deve perder de vista o que dispõe as alíneas do inciso I, do artigo 9º, da Lei nº 14.133/2021:

“Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:

- a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
- b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
- c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato.”



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ**  
**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO**

Dessa forma, a legalidade do estabelecimento dessa condição está ligada à existência de justificativas técnicas que fundamentem a necessidade, conveniência e oportunidade de tais objetos atenderem às normas técnicas da ABNT em face do interesse público envolvido. Ademais, é importante verificar qual a prática de mercado em relação ao objeto, se é comum a exigência de conformidade com normas técnicas da ABNT.

Assim, a Administração deve demonstrar que a observância das normas ABNT é ESSENCIAL para assegurar a boa qualidade dos produtos ou serviços pretendidos, isso por meio de razões técnicas que comprovem essa relação de pertinência. Em outras palavras, é preciso demonstrar que sem o atendimento dessa condição a Administração corre o risco de contratar objetos que não atenderão ao interesse público da melhor forma.

Não obstante o ponto atacado na presente impugnação sejam de cunho técnico, é de bom tom que sejam analisadas as razões uma vez que a peça apresenta diversas questões de aparente relevância. Assim, esta comissão solicita a manifestação da secretaria requisitante, uma vez que não detem conhecimento técnico necessário para debater sobre os temas.

#### **IV- DA CONCLUSÃO**

Esta especializada decide **conhecer a IMPUGNAÇÃO**, porém, tendo em vista que as razões alegadas fogem da competência desta comissão, solicitamos a análise da Procuradoria Geral assim como da Secretaria Requisitante e que, caso entendam necessário, tomem as medidas necessárias, visando o sucesso do certame.

Diante do exposto, submetemos à Douta Procuradoria Geral do Município e, após, à Secretaria Requisitante para ciência e manifestação quanto aos pontos apresentados.

Em 18/12/2023

---

MARIA TRAVASSOS  
Mat. 111.813

De acordo

---

FLÁVIA MARIA NOGUEIRA MATTOS  
Pregoeira  
Mat. 109.262